



A Inclusão do Surdo nos Espaços Culturais Turísticos de Florianópolis

MARIA HELENA ALEMANY SOARES,
JANAÍ DE ABREU PEREIRA,
UÉSLEI PATERNO e
ABENAMAR CRISTIAN ELCARAS VINAS

Resumo

Os surdos se constituem enquanto minoria linguística, sendo no Brasil usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa língua é reconhecida pela Lei 10.436/02 e por outras legislações que preveem o seu uso como meio de acessibilidade comunicacional, indicando que os estabelecimentos culturais, tanto na esfera municipal, quanto na federal, devem disponibilizar intérpretes de Libras/Português ou servidores fluentes em Libras. Identificou-se que os surdos não tem acesso aos atrativos culturais do centro histórico de Florianópolis, dado que os estabelecimentos não possuem pessoal capacitado ou material visual para esta finalidade. Foi constatado que, devido à falta de acessibilidade, os surdos que moram na região da Grande Florianópolis tem um conhecimento limitado sobre o centro histórico, o que os priva de conhecer a história da região em que vivem. Vários surdos informam que, ao visitar outras cidades do Brasil, também não tem acesso a informações em Libras. Observou-se a necessidade dos estabelecimentos culturais em desenvolver e introduzir novas práticas pedagógicas quanto à acessibilidade ao público surdo, para possibilitar que esse usufrua do patrimônio material e imaterial da sociedade na qual está inserido, que compreenda como pode aprender de sua história e da identidade do local em que vive ou que visite. Conclui-se que o surdo é tolhido em sua formação artística, cultural e histórica. Sendo assim, mostra-se urgente desenvolver estratégias que disponibilizem intérpretes de língua de sinais, capacitando servidores nos estabelecimentos para o atendimento à pessoa surda e para o desenvolvimento de vídeos/material multimídia, em Libras, com informações sobre os atrativos culturais.

Palavras chave: Surdos, Libras, Acessibilidade, Inclusão, Turismo

Abstract

Deaf people are considered part of a minority language, and in Brazil they use the Brazilian Sign Language (Libras). This language is recognized by the Law 10.436/02 and by other laws that predict its use as a means of accessibility communication, indicating that the cultural institutions, at both municipal and federal levels, must provide interpreters of Libras/Portuguese or fluent professionals in Libras for the reception and care with the deaf. It was observed that the deaf do not have access to cultural attractions in downtown Florianópolis, since the institutions do not have trained personnel or visual material for this purpose. It was noticed that due to lack of accessibility, deaf people who live in the Greater Florianópolis has a limited knowledge of the historical center, which deprives them of knowing the history of the region in which they live. Through testimonials on the Internet, many deaf people report that when visiting other cities in Brazil, they also did not have access to information in Libras. There is a need for cultural institutions to develop and introduce new teaching practices about the accessibility to the deaf public, to enable that they make use of the tangible and intangible heritage of their community/society. It's imperative that they understand the history and identity of where they live or visit. We conclude that being deprived of this learning opportunity, deaf people are hindered in their artistic education and cultural heritage. Thus, it is urgent to develop strategies that promote accessibility and democratization of public and cultural institutions. Strategies such as, to provide sign language interpreters, to build capacity with training in Libras to personnel in these cultural institutions and, to develop videos in Libras with information about cultural attractions.

Key words – Deaf, Sign Language, Accessibility, Inclusion, Tourism

1. Introdução

Apesar do gradativo aumento da preocupação da sociedade e do mundo do trabalho junto às com pessoas com necessidades especiais, observa-se uma carência de propostas envolvendo a inclusão do público surdo em projetos de educação, turismo e arte. O censo de 2010 mostrou que havia no Brasil cerca de 9,7 milhões de pessoas com surdez (IBGE, 2010). Contudo, os serviços turísticos não tem considerado as necessidades dos surdos em seus

aspectos sócio-culturais, sendo diagnosticada uma realidade de exclusão dos surdos diante da atividade turística.

A cultura surda e as línguas de sinais constituem uma língua sociosemioticamente reconhecida, com particularidades próprias. Referenciar a temática da cultura surda e acessibilidade no turismo é, antes de tudo, aproximar um abismo de aleijamento social, criado por políticas públicas displicentes, pela negação das diferenças, o que sugere trabalho, pesquisas e envolvimento com os movimentos e com a cultura surda.

Considerando a cultura surda sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, movimentos sociais surdos e pesquisadores da área, os Estudos Surdos surgem como estratégia de empoderamento referente às questões culturais e linguísticas das diferenças, ao apresentar o surdo como sujeito cultural, excluindo a visão desse como deficiente, incapaz e atrelado a uma cultura inferior e subalterna. Este debate propicia rever as relações de poder e saber, as relações entre surdos e ouvintes, ou seja, entre culturas majoritárias e culturas minoritárias nos campos sociais, linguísticos e culturais.

Carlos Skliar (1998), define os Estudos Surdos como:

[...] um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político (SKLIAR, 1998, p.5)

Algumas traduções práticas destes enfrentamentos são notadas em questões legislativas, na valorização das línguas de sinais, da identidade surda e da educação bilíngue (Libras/Português). Devido a este histórico, nas últimas décadas percebe-se um aumento notável da valorização da cultura surda, no número de pesquisadores sobre a temática e o aumento de publicações específicas desta área.

Segundo a EMBRATUR (1992), o turismo cultural seria "aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando à visita a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos musicais, museus e pinacotecas". O turismo, como qualquer outro setor da sociedade precisa adequar-se às necessidades de um expressivo número de pessoas com algum tipo de deficiência ou

especificidade, a fim de que todos tenham assistidos os seus direitos ao lazer e à qualidade de vida, inseridos na atividade turística. Entretanto, Almeida (2008, p. 68) traz a atenção que os surdos “tem esse direito subtraído [...] pelos órgãos públicos, que não zelam suficientemente pela observância das normas de acessibilidade nos bens e serviços prestados”.

A intenção desse trabalho é a busca pela autonomia intelectual e valorização dos papéis sociais que o surdo pode ter na sociedade brasileira. No entanto, a carência de propostas que envolvem a inclusão do público surdo nos estabelecimentos culturais, razão da incursão neste tema, levou-nos a analisar a acessibilidade do surdo usuário da Língua Brasileira de Sinais, Libras, no Centro Histórico de Florianópolis. O recorte por essa região deve-se ao seu importante valor histórico-cultural, pelo grande fluxo de pessoas e pelo fácil acesso.

2. Método

Inicialmente foram levantados alguns estabelecimentos culturais e comerciais do Centro Histórico de Florianópolis. Elegeu-se instituições que atuam com recepção ao público e explanação dos aspectos culturais e históricos ao visitante. Foram definidos o Museu Histórico de Santa Catarina situado dentro do Palácio Cruz e Souza, o Museu Victor Meirelles e a Fundação Cultural do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Realizou-se visitas técnicas aos três atrativos culturais selecionados para verificação das condições de recepção aos surdos. Aplicou-se um questionário fechado, entre outubro e novembro de 2011, a 24 servidores, indagando sobre as condições de acessibilidade nessas instituições.

Aplicou-se, em março de 2012, 10 questionários fechados a surdos usuários da Libras para verificar se eles conheciam o Centro Histórico de Florianópolis e como receberam a informação sobre esses atrativos turísticos.

As respostas aos questionários possibilitaram uma análise quantitativa e propiciou uma discussão com a literatura da área e com a legislação sobre acessibilidade.

3. Resultados e discussões

O público surdo, constitui-se na relação com o outro, como sujeito usuário de uma língua de sinais, conseqüentemente, produtor de uma cultura. Strobel (2008), pesquisadora surda, comenta sobre cultura surda:

Dentro do povo surdo, os sujeitos surdos não diferenciam um de outro de acordo com grau de surdez, e sim o importante para eles é o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda que ajudam a definir as suas identidades surdas... Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24)

Como explicado pela autora, os surdos não se compreendem como pessoas deficientes, não se identificam pela questão audiológica. Antes, o que está envolvido, são as interações com o semelhante em processos de identificação as quais moldam as identidades surdas e na diferença com o outro: o outro ouvinte. Dessa forma não é possível compreender os surdos como ouvintes que não escutam, o fenômeno social que se estabelece nessa relação é muito complexa. Complexidade tal, que leva ao surgimento de inúmeras línguas de sinais, tantas quanto países e/ou comunidades de surdos que se estabelecem mundialmente. Línguas que retroalimentam as identidades e que produzem ampla e rica cultura surda, ou culturas surda¹.

Como uma minoria linguística, os surdos brasileiros por muitos anos lutam pelo reconhecimento de sua língua e de sua cultura. Movimento esse que ocorre há muito tempo e em diversos países. Em 1779, Desloges, professor surdo do Instituto para Jovens Surdos Mudos de Paris, fez o seguinte comentário sobre a sua língua de sinais francesa:

A linguagem que usamos entre nós, sendo a imagem fiel do objeto expressado, é singularmente apropriada para fazer nossas ideias acuradas e, por extensão, nossa compreensão, por nos levar a formar o hábito de constante observação e análise. Essa linguagem é viva; carrega sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais apropriada para expressar grandes e fortes emoções. (DESLOGES, 1984: 37, apud SOUZA 2003, p. 336).

Desloges foi um dos primeiros autores surdos que procurou reunir evidências que promovessem a sua língua de sinais e que mostrassem a importância que ela tem para os surdos". Desde aquela época há relatos dos surdos de quão importante é para eles as suas

línguas de sinais. Laborit (1994), uma surda francesa, tece em sua biografia os seguintes comentários sobre o significado da escola Vincennes para os surdos:

Vincennes é um outro mundo, o da realidade dos surdos, sem indulgência inútil, mas também o da esperança dos surdos. Certamente, o surdo chega a falar [oralmente], bem ou mal, mas trata-se apenas de uma técnica incompleta para muitos deles, os surdos profundos. Com a língua de sinais, mais a oralização e a vontade voraz de comunicação que sentia em mim, iria fazer progressos espantosos. (LABORIT, 1994 p. 53)

Surdos brasileiros também falam sobre a sua língua, a defendem com a mesma intensidade que os surdos europeus fazem há séculos. A seguir, comentários de surdos no documentário dirigido por Harazim (2005):

Os surdos que usam sinais já tem sua cultura e identidade algo que o outro grupo carece [surdos oralizados]. É sim a Libras que me ajuda a desenvolver e não a fala oral. Através dos sinais eu posso expressar e poetizar. (Nelson Pimenta).

"Eu conheci o mundo dos surdos e me encantei, fiz vários amigos". A angústia da mãe Helena acabou porque viu seu filho feliz como nunca foi. Alexandre fala que com a Libras ele se sente mais leve, mais solto, menos sacrifício. "Para oralizar é necessário se sacrificar precisa estar consciente da ação de falar é mais pesada do que os sinais". (Alexandre), (HARAZIM, 2005, os colchetes foram postos para completar o sentido).

Os movimentos sociais surdos, representados principalmente pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo, Feneis, conquistaram vários direitos traduzidos na legislação. Entre essas se destaca o reconhecimento da Libras como língua oficial do Brasil, Lei 10.436 de 22 de abril de 2002. Essa, além de oficializar a Libras no Brasil, indica que as instituições devem atender o surdo com o uso da Libras. O Decreto 5.296/04 reafirma essa premissa ao demonstrar que as condições de acessibilidade aos surdos é o atendimento através da Libras, seja por servidor fluente ou por intérprete de língua de sinais.

Art. 6^o O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5^o.

§1^o O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

Art.59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, leitores, guias intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea. (Decreto 5.296/2004)

O Decreto 5296/04 é um dos primeiros que reconhece e identifica o profissional intérprete de Libras como agente da acessibilidade para o surdo e que em eventos faz-se necessário a presença desse profissional. Foi um avanço na luta dos movimentos sociais surdos que começaram a ver as suas reivindicações atendidas, ou, pelo menos, reconhecidas.

Posteriormente, no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, o legislador reafirma a importância do uso e da difusão da Libras para os surdos brasileiros, estabelece mecanismos para a difusão da Libras e o uso dela em todas as instituições que possuem atendimento ao público, sendo que as instituições devem ter cinco por cento de seus servidores capacitados em Libras.

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto N. 5.296, de 2004.

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras. (Decreto-Lei 5.626/05)

Diante do prazo estabelecido, as instituições que atendem ao público deveriam ter elaborado um plano de capacitação para seus servidores em Libras. No momento identificou-se que ainda há a necessidade de organizar essas capacitações, pois, conforme os dados abaixo apresentados, nos estabelecimentos estudados não há servidores com formação em Libras.

Seguindo a legislação sobre acessibilidade, em 2008, a Associação Brasileira de Normas Técnicas elaborou a NBR 15599 – Norma Brasileira de Acessibilidade: Comunicação na Prestação de Serviços. Quanto aos Museus, exposições e espaços culturais a NBR 15599 define as condições adequadas à acessibilidade comunicacional:

5.4.1 Museus, exposições e espaços culturais

Os museus, espaços de exposição e espaços culturais devem ter disponíveis e oferecer:

...

b) atendimento especializado em LIBRAS e por meio de articulador orofacial, devidamente sinalizado e divulgado em todo material promocional. (NBR 15599, p. 9)

A legislação brasileira define quais são as condições de acessibilidade comunicacional para os surdos usuários da Libras. Essa legislação está em consonância com as solicitações dos surdos. Entretanto, o direito adquirido ainda não se tornou uma prática do cotidiano. O professor surdo Neivaldo Zovico é Membro da Comissão de Estudos da Acessibilidade de Comunicação e Visual para pessoas surdas e deficientes auditivos – ABNT e Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS. Ele tem denunciado as diversas situações em que o seu direito a comunicação e dos demais surdos são negados. Algumas dessas situações mostram como aos surdos são submetidos a diversos constrangimentos, conforme os relatos abaixo retirados de seu Blog demonstram. Em uma reunião da ANCINE, Agência Nacional do Cinema, ao qual foi convidado, ele não teve intérprete de Libras para acompanhar a reunião:

O Prof. Neivaldo compareceu à recepção da Audiência Pública e fez o sinal SOU SURDO, LIBRAS, a moça da recepção pediu para aguardar e ele esperou quase 30 minutos e ninguém apareceu, enquanto isso a audiência havia começado. Encontrou surdos oralizados e eles disseram que não havia intérprete de LIBRAS. Foram ao auditório pois eles entendem bem a leitura labial mas o Prof. Neivaldo não consegue entender tudo em leitura labial, causando-lhe frustração .

Diante disso tudo, o Prof. Neivaldo levou ao auditório diversos cartazes com a seguinte frase: “CADÊ NOSSO DIREITO” – INTERPRETE DE LIBRAS”, mostrou ao público e entregou aos responsáveis pela mesa que apresentavam as propostas de regulamentação da Lei, estes não demonstraram preocupações sobre a acessibilidade para Surdo. O Prof. Neivaldo sentou-se na frente exibindo o cartaz que foi fotografado e filmado por profissionais que ali estavam.

O Prof. Neivaldo diz que se sentiu excluído pela ANCINE que não demonstrou preocupação com o atendimento ao surdo e também por não providenciar intérprete de LIBRAS. Como haviam muitos diretores, roteiristas, empresários, funcionários e etc., o Prof. Neivaldo queria sensibilizá-los e apresentar a proposta sobre acessibilidade para surdos para esta regulamentação de Lei, no Brasil existem 9,7 milhões de surdos e a Lei de Acessibilidade foi feita há mais de 12 anos ,mas ainda hoje não é respeitada. (ZOVICO, acessado em 24/04/2012).

Estrada União e Indústria, nº 11590 – Shopping 2000 – Sala 108
Itaipava – Petrópolis / RJ – CEP 25.730-745
TELEFAX: (24) 22320016 – CELULAR: (24) 88189890
Site: <http://editora-arara-azul.com.br/portal/>
E-mail: aaa@editora-arara-azul.com.br

Em seu relato, Zovico diz que foi convidado e que solicitou à organização da reunião a presença de intérprete de Libras. São situações como esta que frustram e constroem os surdos, que os privam de participar dos diferentes espaços de discussão. Situações como essa os leva a não terem condições de exercer sua cidadania, os priva de seus direitos.

Zovico também relata um momento de lazer que ele e seus colegas surdos teriam dificuldade de usufruir se no grupo não tivessem levado a filha ouvinte de uma das surdas do grupo. Eles foram a cidade de Bonito e encontraram despreparo no atendimento:

No dia seguinte, nosso grupo foi até o ponto de onde saia o passeio de bote pelas cachoeiras e quedas d'água até chegar à ilha do Padre. Antes do início a Natany interpretou as orientações sobre segurança e posicionamento dentro do bote para evitar acidentes. O passeio durou uma hora e meia, descendo as cachoeiras, remando, e brincando de guerra de água com balde. Um passeio foi muito bom e divertido. Mais tarde visitamos o projeto Jiboia, onde assistimos uma palestra com o objetivo de conscientizar a importância de preservação das cobras, na palestra foi dito que as cobras só atacam quando aproximamos e elas se sentem ameaçadas. Mas para obter essas informações convidamos novamente a jovem Natany para interpretar. (ZOVICO, acessado em 24/04/2012)

A prática de levar um intérprete, ou alguém que conheça um pouco de Libras, junto nos passeios e em outros lugares públicos é uma prática de décadas. Entretanto esses intérpretes nem sempre são profissionais e que em sua maioria, atuam de forma voluntária. São colegas, são familiares, filhos. Esse hábito não garante o sigilo profissional e nem garante ao surdo que ele será adequadamente atendido, ou que será respeitado enquanto pessoa, embora a legislação reconheça a profissão do intérprete de Libras como um prestador de serviços.

Os surdos brasileiros ao visitarem os atrativos turísticos, terão acessibilidade às informações quando essas forem repassadas em Libras respeitando os referenciais visuais dessa comunidade, pois as informações escritas em Português não garantem a compreensão total da informação, mesmo que essas estejam atreladas a uma imagem, a um referente visual. O canal principal de apreensão e conhecimento do mundo e de comunicação dos sujeitos surdos se dá através da visão, onde constroem suas interações socioculturais, exemplificadas pelas Línguas de Sinais. Nota-se, portanto, a necessidade de junto às imagens atrelar informações linguisticamente significativas, para fornecer e garantir acessibilidade aos bens culturais e imateriais do patrimônio brasileiro a essa parcela da população, seja por vídeos, por servidores fluentes em Libras ou da disponibilidade de intérpretes de Libras – Português.

Foi utilizado um questionário a dez surdos da região da Grande Florianópolis e todos preferiram ter acesso a informação através da Libras, seja por servidor fluente em Libras, por intérprete de Língua de Sinais ou vídeos em Libras que repassassem as informações do atrativo cultural. Mesmo os poucos surdos que tem um domínio razoável da leitura do Português preferiram as informações em Libras.

Os relatos de falta de acessibilidade que os surdos denunciam em diferentes espaços, como os relatados acima nos textos de Zovico, e quanto a preferência dos dez surdos da região da Grande Florianópolis, confirmam que a legislação existente sobre acessibilidade para os surdos está adequada a esse público. A questão é verificar se os estabelecimentos do Centro Histórico de Florianópolis possuem condições de acessibilidade para os surdos e se estão se adequando às normas existentes.

Três foram as instituições que colaboraram com a pesquisa, a qual resultou na constatação da falta de acessibilidade nos estabelecimentos do Centro Histórico de Florianópolis. Dos vinte e quatro questionários respondidos, quinze foram do Museu Victor Meirelles, sete do Museu Histórico de Santa Catarina - Palácio Cruz e Souza e dois da Fundação Cultural BADESC. As respostas mais relevantes encontram-se abaixo.

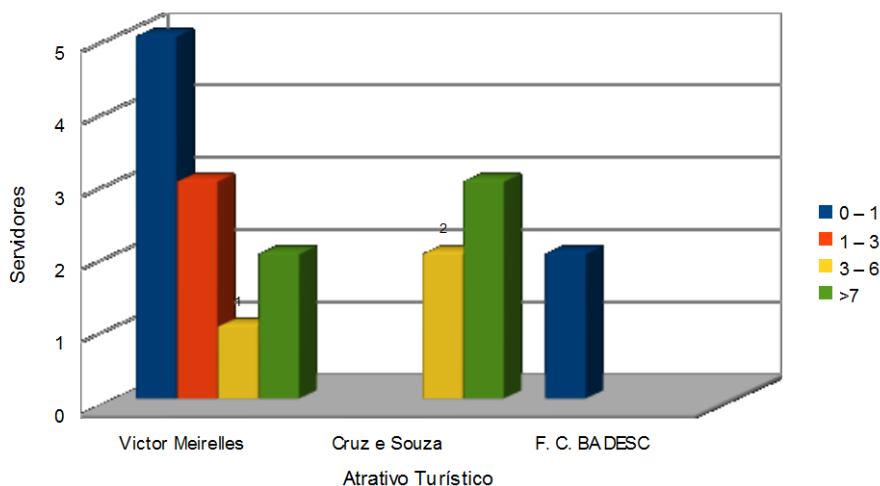
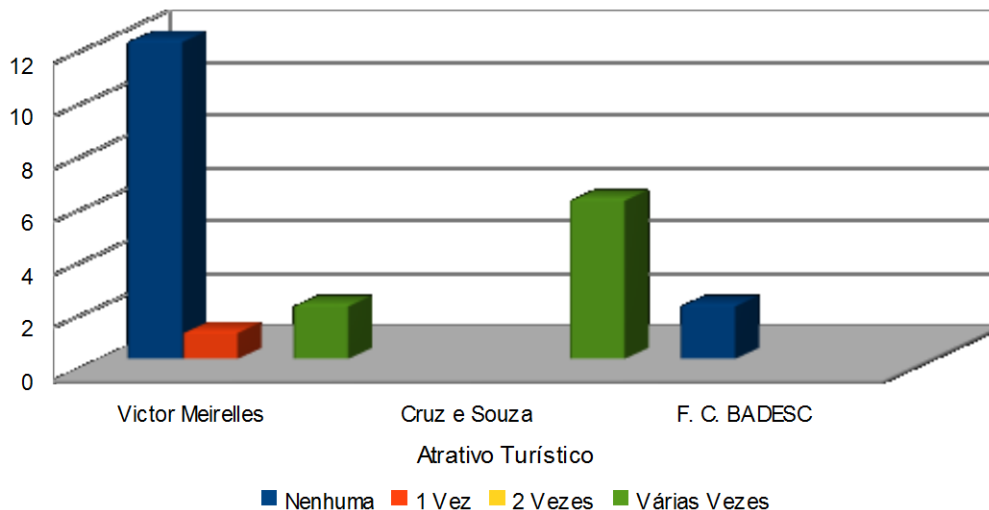


Figura 1: Tempo de serviço em anos dos servidores do atrativo turístico que responderam ao questionário

Observou-se que o tempo de serviço dos servidores é variável, desde servidores contratados recentemente a servidores com vários anos na instituição, exceto a Fundação Cultural BADESC, possivelmente pelo baixo número de questionários respondidos.

Figura 2: Quantas vezes o servidor recebeu visitantes surdos.



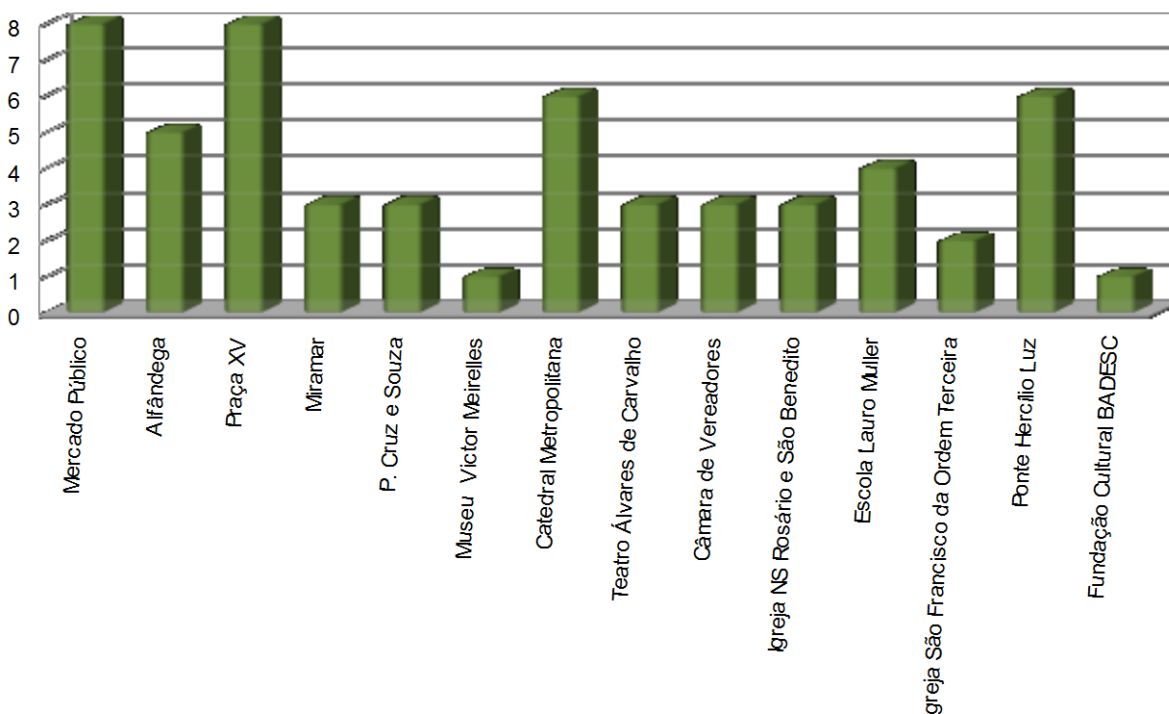
A possibilidade de determinado servidor ter recepcionado turistas e visitantes surdos está relacionado ao tempo de atuação na casa e cargo. Essa relação fica evidente com as respostas a questão 2.4 que pergunta sobre a quantidade de vezes que os servidores atenderam a esse público.

A maioria deles nunca recepcionou um surdo, mas os poucos que o fizeram recepcionaram de uma a várias vezes. Dos servidores que atenderam as pessoas surdas, esses disseram que os surdos vem sempre com intérprete de língua de sinais, geralmente em grupo, seja por interesse próprio, ou por visitas realizadas por escolas.

Os dez surdos que responderam ao questionário e que residem na região da Grande Florianópolis disseram que conhecem alguns dos pontos turísticos, mas ao perguntar se conhecem a história e o que há nesses espaços em sua maioria não soube responder, somente os conhecem de vista. Ressalta-se que, sobre os atrativos, a maioria conhece o Mercado Público, local de passagem frequente, que se situa em frente ao terminal urbano, e a Praça XV, que fica no centro da cidade e tem grande destaque devido à figueira centenária situando-se

em local de grande fluxo de pessoas. Também destacaram a Ponte Hercílio Luz, cartão postal e símbolo de Florianópolis, e a Catedral Metropolitana que fica ao lado da Praça XV. Outros estabelecimentos foram citados, como a Escola Lauro Müller, polo em educação de surdos. Porém, em todos os demais casos, esses surdos não conheciam a história ou a função desses estabelecimentos. Ressalta-se que dois surdos embora conheçam de vista alguns dos estabelecimentos do centro histórico de Florianópolis, optaram por dizer que não os conhecem pois apenas veem esses estabelecimentos, mas não sabem nada sobre eles.

Figura 3: Pontos Turísticos do Centro de Florianópolis conhecidos pelos dez (10) surdos que



responderam ao questionário.

O resultado demonstra que os surdos não visitam os atrativos culturais sem o acompanhamento de intérpretes de língua de sinais, pois é conhecimento tácito entre os surdos que esses estabelecimentos não oferecem no momento as mínimas condições de recepção, sendo privados do direito ao lazer, à informação, à educação e à cultura.

Almeida (2008) faz considerações pertinentes ao direito das pessoas surdas:

O lazer é um direito de todos, referido e garantido constitucionalmente [...] Rezam os nossos ordenamentos jurídicos que todos os indivíduos têm direito à

Estrada União e Indústria, nº 11590 – Shopping 2000 – Sala 108

Itaipava – Petrópolis / RJ – CEP 25.730-745

TELEFAX: (24) 22320016 – CELULAR: (24) 88189890

Site: <http://editora-arara-azul.com.br/portal/>

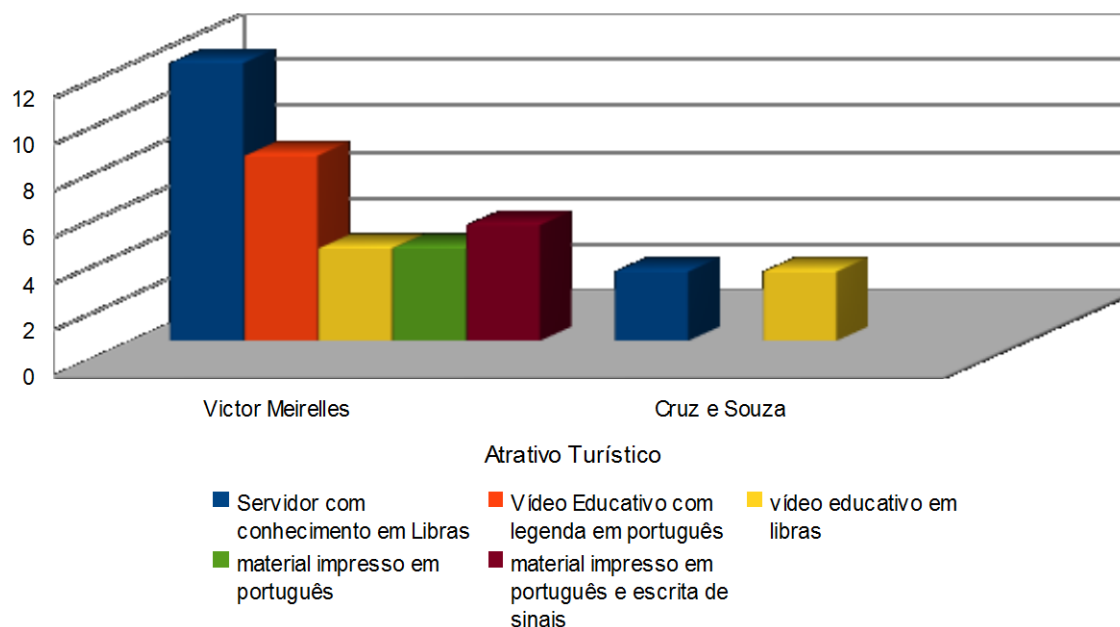
E-mail: eea@editora-arara-azul.com.br

saúde, educação, esportes, cultura e lazer, sem discriminação de raça ou de qualquer tipo de necessidade especial. No entanto, sabemos que parte dos direitos garantidos legalmente não se efetiva nas práticas sociais. Torna-se, portanto, necessário um atendimento de qualidade para o acesso destes visitantes, limitado não apenas ao campo físico, como também no sentido do acesso à informação e divulgação, para que os surdos sintam-se incluídos e participantes da atividade turística. (ALMEIDA, 2008, p. 13)

Dentre os vinte e quatro servidores que responderam ao questionário, nenhum domina a Libras e cinco frequentaram alguma capacitação sobre acessibilidade em atrativos turísticos. Evidência do pouco investimento que há por parte das políticas públicas e dos estabelecimentos culturais sobre a inclusão e acessibilidade da pessoa surda. Esta questão confirma-se pelas respostas das dez pessoas surdas: oito delas disseram que a acessibilidade no centro histórico de Florianópolis é regular, ruim ou inexistente. Percebe-se de que as instituições não tem atendido as normas de acessibilidade aos surdos, dado o Decreto 5.626/2005, anteriormente citado, onde lê-se que 5% dos servidores que atendem ao público precisam ter capacitação em Libras, e dado à NBR 15599 que declara que a prestação de serviço de comunicação aos surdos usuários de Libras tem que ser por pessoas fluentes em Libras ou por intérpretes de Libras/Português.

A questão 2.6 perguntou sobre como a instituição poderia tornar-se acessível para os surdos. Esperava-se que os servidores respondessem por ordem de prioridade ou selecionassem apenas uma única alternativa. Entretanto, foram eles assinaladas várias, como mostra a figura 4 abaixo.

Figura 4: Opinião dos servidores de como a instituição pode tornar-se acessível aos surdos.



Essa informação demonstra que os servidores possuem pouco preparo e conhecimento da realidade social do grupo para o receptivo no atrativo turístico, pois, ao verem as diferentes alternativas, consideraram várias delas como importantes. Dezesete respostas envolveram as opções com o português e vinte e duas respostas as opções com Libras.

Mesmo com a atual falta de acessibilidade nos atrativos turísticos pesquisados, todos os vinte servidores estariam dispostos a se capacitar fazendo um curso de Libras para oferecerem um serviço adequado aos surdos.

Os resultados dessa pesquisa evidenciam a veracidade do que Almeida (2008) comenta: O direito ao acesso à informação que os movimentos sociais surdos conquistaram e que está registrado em lei ainda tem muito a ser feito para haver uma verdadeira efetivação. No Centro Histórico de Florianópolis, se o surdo não trazer um intérprete de língua de sinais ele não terá acesso às informações em sua língua, dado a falta de iniciativa e articulação entre o poder público e os atrativos turísticos.

4. Considerações Finais

Identificou-se que, tanto na legislação quanto na literatura, o intérprete de Libras ou a existência de um servidor fluente em Libras tem o papel de mediador, entre o público surdo e a apresentação das referências históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas das obras existentes no atrativo turístico.

Os estabelecimentos pesquisados no centro histórico de Florianópolis, não disponibilizam informações em Libras aos surdos, mas manifestam abertura para a adequação à legislação. Os servidores estão dispostos a serem capacitados para oferecerem o atendimento a este público.

Observa-se a oportunidade para desenvolver programas e estratégias que disponibilizem: intérpretes de língua de sinais para a atuação nos estabelecimentos, cursos de Libras e desenvolvimento de vídeos em Libras com informações sobre os atrativos culturais.

O Campus do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis Continente, por atuar no Eixo Tecnológico de Turismo Hospitalidade e Lazer, possibilitou aos pesquisadores, ao

término da pesquisa, iniciar a elaboração do curso de Formação Inicial e Continuada de Tradução e Interpretação Libras/Português voltado à atuação do intérprete neste segmento, com início previsto para agosto de 2012.

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Wolney Gomes. Surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 15599: Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços. 2008.

BRASIL, Lei 10.436 de 22 de abril de 2002. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais, Libras.

BRASIL, Decreto-Lei 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL, Decreto-Lei 5.696 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DESLOGES, Pierre. 1984. A Deaf Person's Observations About an Elementary Course of Education for The Deaf. In: Harlan LANE & Franklin PHILIP (eds.) The Deaf Experience – classics in language and education. Cambridge: Harvard University Press. (Texto escrito em francês, Paris: Morin, 1779.) In SOUZA, MARIA REGINA de. Intuições "lingüísticas" sobre a língua de sinais, nos séculos xviii e xix, a partir da compreensão de dois escritores surdos da época. DELTA nº 19, 2003 p. 329-344.

GESSER, Audrei. Libras que Língua é essa? – Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo: Parábola, 2009.

HARAZIM, Dorrit. Travessia do silêncio. GNT, 2005. Vídeo 50 min.



LABORIT, Emanuelle. O vôo da gaivota. São Paulo, SP. Editora Best Seller. 205p. 1994.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. IN: Skliar, Carlos (Org.) A Surdez – Um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008, 118p.

ZOVICO, Reinaldo. Audiência Pública do ANCINE sem interprete de LIBRAS para Surdos, disponível em <http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com.br/2012/03/audiencia-publica-do-ancine-sem.html>, acessado em 20/04/2012).

ZOVICO, Reinaldo. Que Absurdos! Hotéis não oferecem serviço acessível para surdos. Disponível em

http://1.bp.blogspot.com/-i_uvtEBEJNQ/T0fKdORmsLI/AAAAAAAAAeY/2V4TXVQeCuk/s1600/Rea%C3%A7%C3%A3o+Que+absurdo+Hoteis+n%C3%A3o+oferecem+acessibilidade1.jpg, acessado em 24/04/2012

ZOVICO, Reinaldo. Acessibilidade para surdos na cidade turística de Bonito, disponível em <http://turismoadaptado.wordpress.com/2011/11/29/acessibilidade-para-surdos-na-cidade-turistica-de-bonito/>, acessado em 24/04/2012).

Notas:

1 - culturas surda

Para maiores detalhes ver as considerações de STROBEL, 2008; Wilcox & Wilcox 2005 e Thoma & Lopes 2004.

Identificação dos Autores:



MARIA HELENA ALEMANY SOARES
Graduação em Educação Artística - UDESC
Professora do Curso Técnico Guia de Turismo
Coordenadora NAPNE - Núcleo de Atendimento às
Pessoas com Necessidades Especiais - Campus
Florianópolis Continente do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Santa
Catarina.
E-mail: maria.helena@ifsc.edu.br



JANAÍ DE ABREU PEREIRA
Mestranda em Artes - UDESC
Especialista em Psicopedagogia – Faculdade
Decisão
Graduação em Educação Artística - UDESC
Professora de Educação Artística do Campus
Palhoça Bilíngue Libras/Português do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Santa Catarina.
E-mail: janai.pereira@ifsc.edu.br



UÉSLEI PATERNO
Mestre em Linguística - UFSC
Professor e Intérprete de Libras/Português do
Campus Florianópolis Continente.
Coordenador do NAPNE Central na Pró-Reitoria de
Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de Santa Catarina.
E-mail: ueslei@ifsc.edu.br



ABENAMAR CRISTIAN ELCARAS VINAS
Bolsista da pesquisa, discente do Curso Técnico
Guia de Turismo do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
E-mail: abenamarcito@hotmail.com